



CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 17/2/2009, às 18h 42
Fátima / Matr.: 28396

MPV-458

00039

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
	Medida Provisória nº 458 /2009

autor	nº do prontuário
Vanessa Grazziotin	

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao texto da Medida Provisória nº 458/2009, um Capítulo II, renumerando-se os subsequentes e os respectivos artigos:

Capítulo II

Do Conselho de Gerenciamento da Regularização Fundiária

"Art. - Fica criado o Conselho de Gerenciamento da Regularização Fundiária da Amazônia Legal, constituído pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Ministério das Cidades e pelos Estados e Municípios integrantes da Amazônia Legal que assim o desejarem.

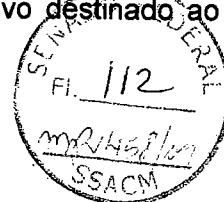
§ 1º – O Secretário de Assuntos Estratégicos presidirá o Conselho a que se refere este artigo e em suas ausências e impedimentos, o Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário o presidirá.

§ 2º – Os Governadores dos Estados da Amazônia Legal, externarão, por escrito, se assim o desejarem, o interesse em compor o Conselho de Gerenciamento da Regularização Fundiária da Amazônia Legal, indicando ao Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República os nomes dos representantes titular e suplente que representarão sua unidade da federação.

§ 3º – Os Municípios dos Estados da Amazônia Legal que tiverem interesse em participar do Conselho de Gerenciamento da Regularização Fundiária da Amazônia Legal, poderão se fazer representar, pelas respectivas Associações dos Prefeitos, a quem caberá externar, por escrito o interesse, em compô-lo.

§ 4º – O funcionamento do Conselho de Gerenciamento da Regularização Fundiária será regulado por seu Regimento Interno, a ser elaborado pelo Conselho, no prazo de 30 dias após sua instalação e aprovado por Decreto do Presidente da República.

§ 5º As despesas decorrentes do funcionamento do Conselho serão custeadas pelas dotações orçamentárias da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, a quem competirá proporcionar o suporte e apoio administrativo destinado ao funcionamento do Conselho.



Art. A participação no Conselho de Gerenciamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal não será remunerada.

Art. ... Compete ao Conselho de Gerenciamento da Regularização Fundiária da Amazônia Legal normatizar, coordenar e supervisionar o processo de regularização fundiárias das áreas rurais e urbanas na Amazônia Legal, nos termos previstos em seu Regimento Interno.

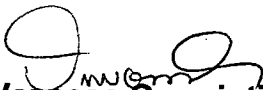
Justificativa

A presente emenda sugere a criação de colegiado que teria a competência para gerenciar o amplo processo de regularização na amazônia legal.

Cogita-se de viabilizar a integração dos órgãos da administração pública federal diretamente envolvidos, com a possibilidade dos Estados e Municípios participarem deste Conselho.

Dessa forma, pretende-se viabilizar fórum institucionalizado para implementar a regularização fundiária como expressão da vontade do Estado Brasileiro.

Brasília, 17 de Fevereiro de 2009


Vanessa Grazziotin
PC do B – AM

